

COMENTÁRIO
do uso do
ANTIGO TESTAMENTO
no NOVO TESTAMENTO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Comentário do uso do Antigo Testamento no Novo Testamento/ organizado por G. K. Beale e D. A. Carson; tradução de C. E. S. Lopes, F. Medeiros, R. Malkomes e V. Kroker. - São Paulo: Vida Nova, 2014.

Bibliografia.

ISBN 978-85-275-0555-0

Título original: *Commentary on the New Testament Use of the Old Testament*

1. Bíblia 2. Comentário bíblico 3. Uso do AT no NT 4. Hermenêutica
5. Crítica textual I. Beale, G. K. II. Carson, D. A.

13-0861

CDD-225.6

Índice para catálogo sistemático:

1. Bíblia NT - interpretações

COMENTÁRIO
do uso do
ANTIGO TESTAMENTO
no NOVO TESTAMENTO

G. K. BEALE
D. A. CARSON
ORGANIZADORES

TRADUÇÃO
Robinson Malkomes
(Introdução, Abreviaturas, Mateus e Marcos)

Fabiano Silveira Medeiros
(Lucas 1—22.37)

Valdemar Kroker
(Lucas 22.38—24.53, João e Atos)

Carlos Lopes
(Romanos a Apocalipse)

Copyright ©2007, G. K. Beale e D. A. Carson

Título original: Commentary on the New Testament Use of the Old Testament

Traduzido da edição publicada pela Baker Academic, a division of Baker Publishing Group, Michigan, 49516, EUA.

1ª edição: 2014

Publicado no Brasil com a devida autorização e com todos os direitos reservados por Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, Caixa Postal 21266, São Paulo, SP, 04602-970 www.vidanova.com.br | vidanova@vidanova.com.br

Proibida a reprodução por quaisquer meios (mecânicos, eletrônicos, xerográficos, fotográficos, gravação, estocagem em banco de dados, etc.), a não ser em citações breves com indicação de fonte.

Salvo nos casos em que os autores fizeram traduções livres e quando houver indicação contrária, todas as citações bíblicas foram extraídas da versão Almeida Século 21.

ISBN 978-85-275-0555-0

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

SUPERVISÃO EDITORIAL

Marisa K. A. de Siqueira Lopes

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Fabiano Silveira Medeiros

EDIÇÃO DE TEXTO

Lucília Marques P. Silva

Wilson Ferraz de Almeida

Fabiano Silveira Medeiros

COPIDESQUE

Arthur Wesley Duck

Caio Peres

Gustavo N. Bonifácio

Judson Canto

Valdemar Kroker

PADRONIZAÇÃO

Josemar de Souza Pinto

REVISÃO TÉCNICA

Tiago Abdalla Teixeira Neto

COORDENAÇÃO DE REVISÃO

Fernando Mauro S. Pires

REVISÃO DE PROVAS

Josiane S. de Almeida

Mauro Nogueira

Tatiane Souza

Ubevaldo G. Sampaio

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Sérgio Siqueira Moura

DIAGRAMAÇÃO

Luciana Di Iorio

CAPA

Imagem da capa: The gathering of manna in the desert [O recolhimento do maná no deserto],

Giuseppe Angeli; San Stae, Veneza, Itália,

Cameraphoto Arte Venezia/The Bridgeman Art

Libray International

Sumário

| | |
|---|--------|
| Abreviaturas e siglas gerais | vii |
| Lista de colaboradores | xxix |
| Prefácio | xxxii |
| Introdução | xxxiii |
| <i>G. K. Beale e D. A. Carson</i> | |
| Mateus | 1 |
| <i>Craig L. Blomberg</i> | |
| Marcos | 139 |
| <i>Rikk E. Watts</i> | |
| Lucas..... | 317 |
| <i>David W. Pao e Eckhard J. Schnabel</i> | |
| João | 521 |
| <i>Andreas J. Köstenberger</i> | |
| Atos | 643 |
| <i>I. Howard Marshall</i> | |
| Romanos | 759 |
| <i>Mark A. Seifrid</i> | |
| 1Coríntios | 865 |
| <i>Roy E. Ciampa e Brian S. Rosner</i> | |
| 2Coríntios | 937 |
| <i>Peter Balla</i> | |
| Gálatas | 974 |
| <i>Moisés Silva</i> | |
| Efésios..... | 1008 |
| <i>Frank S. Thielman</i> | |
| Filipenses | 1034 |
| <i>Moisés Silva</i> | |
| Colossenses | 1039 |
| <i>G. K. Beale</i> | |
| 1 e 2 Tessalonicenses..... | 1076 |
| <i>Jeffrey A. D. Weima</i> | |

| | |
|--|------|
| 1 e 2Timóteo e Tito | 1098 |
| <i>Philip H. Towner</i> | |
| Hebreus | 1131 |
| <i>George H. Guthrie</i> | |
| Tiago | 1223 |
| <i>D. A. Carson</i> | |
| 1Pedro | 1243 |
| <i>D. A. Carson</i> | |
| 2Pedro | 1281 |
| <i>D. A. Carson</i> | |
| 1, 2 e 3João | 1299 |
| <i>D. A. Carson</i> | |
| Judas..... | 1305 |
| <i>D. A. Carson</i> | |
| Apocalipse..... | 1318 |
| <i>G. K. Beale e Sean M. McDonough</i> | |

Lista de colaboradores

ANDREAS J. KÖSTENBERGER (PhD, Trinity Evangelical Divinity School) é professor de Novo Testamento pelo Seminário Teológico Batista do Sudeste, na Carolina do Norte.

BRIAN S. ROSNER (PhD, Universidade de Cambridge) é professor de Novo Testamento e Ética pela Moore Theological College.

CRAIG L. BLOMBERG (PhD, Universidade de Aberdeen) é professor ilustre de Novo Testamento pelo Seminário de Denver.

D. A. CARSON (PhD, Universidade de Cambridge) é professor-pesquisador de Novo Testamento pela Trinity Evangelical Divinity School.

DAVID W. PAO (PhD, Universidade de Harvard) é professor-assistente de Novo Testamento pela Trinity Evangelical Divinity School.

ECKHARD J. SCHNABEL (PhD, Universidade de Aberdeen) é professor de Novo Testamento pela Trinity Evangelical Divinity School.

FRANK S. THIELMAN (PhD, Universidade Duke) é professor presbiteriano de Teologia pela Beeson Divinity School.

GEORGE H. GUTHRIE (PhD, Seminário Teológico Batista do Sudoeste, no Texas) é professor da cátedra Benjamin W. Perry de Estudos da Bíblia pela Union University.

G. K. BEALE (PhD, Universidade de Cambridge) ocupa a cátedra Kenneth T. Wessner de Estudos Bíblicos e é professor no curso de pós-graduação em Novo Testamento pela Wheaton College.

I. HOWARD MARSHALL (PhD, Universidade de Aberdeen) é professor emérito de Exegese do Novo Testamento e professor-pesquisador honorário pela Universidade de Aberdeen.

JEFFREY A. D. WEIMA (PhD, Wycliffe College, Universidade de Toronto) é professor de Novo Testamento pelo Calvin Theological Seminary.

MARK A. SEIFRID (PhD, Seminário Teológico de Princeton) é professor da cátedra Mildred e Ernest Hogan de Interpretação do Novo Testamento pelo Seminário Teológico Batista do Sul, em Louisville, Kentucky.

MOISÉS SILVA (PhD, Universidade de Manchester) lecionou Novo Testamento na Westmont College, no Seminário Teológico de Westminster e no Seminário Teológico Gordon-Conwell.

PETER BALLA (PhD, Universidade de Edimburgo) é professor-titular de Estudos do Novo Testamento na Universidade Reformada Károli Gáspár, em Budapeste, Hungria.

PHILIP H. TOWNER (PhD, Universidade de Aberdeen) é diretor dos serviços de tradução das Sociedades Bíblicas Unidas.

RIKK E. WATTS (PhD, Universidade de Cambridge) é professor-adjunto de Novo Testamento pela Regent College.

ROY E. CIAMPA (PhD, Universidade de Aberdeen) é professor-adjunto de Novo Testamento pelo Seminário Teológico Gordon-Conwell.

SEAN M. McDONOUGH (PhD, Universidade de St. Andrews) é professor-assistente de Novo Testamento pelo Seminário Teológico Gordon-Conwell.

Prefácio

Quando os dois organizadores desta obra deram início ao projeto, ninguém imaginava que levariam quase dez anos para concluí-lo. Expectativas irrealistas, enfermidades de colaboradores e familiares, mudanças e atividades paralelas — tudo conspirou para o atraso da obra. Por isso, somos profundamente gratos pela paciência dos colaboradores que conseguiram cumprir os prazos, alguns dos quais atualizaram seus textos posteriormente, e pela editora Baker Academic, cuja equipe editorial incentivou e até persuadiu os organizadores e os colaboradores, mas sem nunca ser impertinente.

Assim, somos os primeiros a reconhecer o privilégio de haver trabalhado neste projeto. Com a ajuda de outros cristãos, dedicamo-nos de forma profunda e demorada ao estudo de como a Bíblia mantém sua coerência, como os textos posteriores fazem uso de textos mais antigos e, principalmente, como os documentos do NT citam o AT ou aludem a ele. Dedicamos uma parcela considerável de nossa vida acadêmica a essas questões. Portanto, trabalhar com uma equipe de especialistas que manejam de modo sistemático as evidências, além de ler e interagir com o que escreveram, preparando tudo para ser impresso, fez com que nos sentíssemos enriquecidos e gratos.

Muitas das citações e alusões estudadas nestas mais de mil páginas foram testadas a fundo em outros trabalhos — por vezes em ensaios e monografias de alta erudição, às vezes em longos comentários técnicos. Contudo, parte das informações é nova, e talvez seja oportuno dizer que nenhuma outra obra reúne todo esse material num único volume. Os leitores aprenderão como determinado livro ou autor do NT se utiliza do AT; serão levados a perceber que certas passagens e temas do AT são recorrentes no NT. E, mesmo que alguns leitores não pensem na Bíblia como uma unidade em termos teológicos (ao contrário dos organizadores e colaboradores), os mais ponderados hão de admitir que os livros da Bíblia são lidos desse modo desde o tempo em que começaram a circular. Além disso, os autores do NT não viam a si mesmos (segundo uma postura marcionita) como fontes originais, no direito de poderem descartar o que quisessem do AT, mas sim como pessoas submissas à autoridade desses documentos, ainda que estivessem dando a eles uma nova interpretação. Quer alguém pense que os livros das Escrituras são a Palavra de Deus, quer não, deve no mínimo conceder aos autores do NT a cortesia de tentar entender como concebiam a tarefa que tinham pela frente, ao citarem e explicarem os documentos ligados à antiga aliança, documentos que reverenciavam como *hē graphē* (“a Escritura”). Se este livro ajudar alguns especialistas e pregadores a pensar de maneira mais coerente sobre a Bíblia e a ensinar “todo o propósito de Deus” (At 20.27) com mais entendimento, profundidade, reverência e capacidade de edificar os irmãos na fé, tanto os colaboradores quanto os organizadores concluirão com alegria que

os milhares de horas investidas neste trabalho foram um preço muito baixo. Daremos graças a Deus pelo privilégio de passar tanto tempo estudando sua Palavra e, mais uma vez, nos veremos em débito com sua graça.

G. K. Beale
D. A. Carson

Introdução

G. K. Beale e D. A. Carson

Talvez seja mais indicado dizer o que este livro não é, para que assim seja possível esclarecer o que ele realmente é e como deve ser usado.

Em parte alguma este livro trata dos debates atuais sobre o uso do AT no NT. As muitas sub-disciplinas que auxiliam nesse intento não foram aqui examinadas a fundo. Por exemplo, não comparamos de modo sistemático métodos exegéticos que não sejam judaico-cristãos com os métodos encontrados no NT. Não examinamos o debate travado ainda hoje entre a) os defensores da ideia de que os autores do NT respeitavam a íntegra do contexto das passagens do AT por eles citadas ou às quais fazem alusões e b) os proponentes da teoria de que os autores do NT tiravam as passagens do AT do contexto para “provar” conclusões inerentes às convicções dos cristãos do NT, mas não às Escrituras anteriores citadas por eles. Também não resumimos os complexos avanços no campo da tipologia desde que Leonhard Goppelt escreveu *Typos*, em 1939. Poderíamos sem dificuldade aumentar a lista de temas importantes que não foram sistematicamente tratados neste livro.

Uma das razões de não examinarmos esses temas é que todos já foram estudados em outras obras. Embora fosse válido tratá-los outra vez, decidimos que o mais urgente era um livro em que todos os colaboradores tivessem conhecimento desses debates, mas concentrassem a atenção nos pontos em que os autores do NT realmente citam o AT ou fazem alusões a ele. Pode-se entender que mesmo as discussões sofisticadas de algumas das subdisciplinas que se encontram em outras obras — comparações entre as técnicas de exegese judaicas e cristãs, por exemplo, ou estudos sobre tipologia — acabam inevitavelmente empregando apenas uma pequena porcentagem de evidências textuais concretas. Contrastando com isso, o que tentamos fazer foi apresentar um panorama razoavelmente abrangente de todas as evidências textuais. Mesmo quem vier a ler trechos desta obra logo observará que cada colaborador aplica muitos estudos contemporâneos à medida que trabalha com o *corpus* que escolheu, e, por isso, muitos colaboradores comentam com perspicácia as técnicas e discussões hermenêuticas.

Nesse espírito, os colaboradores receberam liberdade para determinar quanto de material introdutório incluir (i.e., acerca de tratamentos anteriores sobre o uso do AT no livro do NT sob sua responsabilidade). De qualquer modo, o foco de cada colaborador está no uso que o NT faz do AT. Analisam-se todas as citações do AT no NT e também todas as prováveis alusões. Admitimos que o que constitui uma alusão é discutível. Por consequência, nem todas as supostas alusões ao AT que já foram propostas serão estudadas, mas apenas as que consideramos alusões prováveis.

Os organizadores incentivaram cada colaborador a ter em mente seis perguntas nos pontos em que o NT cita o AT ou quando a alusão é evidente (porém não insistiram nessa organização).

1. Em que contexto do NT aparece a citação ou alusão? Ou seja, sem (nesse estágio) entrar nos detalhes da exegese, o colaborador procura estabelecer o tema tratado, o fluxo das ideias e, sempre que pertinente, a estrutura literária, o gênero e a retórica da passagem.

2. De que contexto do AT a citação ou alusão é extraída? Por mais simples que seja, essa pergunta exige o mesmo cuidado com relação ao AT que a primeira pergunta demanda para o estudo do NT. Há casos que exigem bastante energia apenas para provar que um segmento curto realmente procede de determinada passagem do AT, não de outro lugar. Assim, às vezes, a segunda pergunta acaba se tornando bem mais complexa. Partindo da premissa de que o Evangelho de Marcos emprega temas do Êxodo (afirmação bastante discutida), seria suficiente recorrer ao livro de Êxodo para examinar esses temas em sua primeira aparição? Ou será que os temas relativos a Êxodo encontrados em Marcos são filtrados por intermédio de Isaías? Em casos como esse, é importante que se inclua uma reflexão não apenas sobre o uso do AT no NT, mas também sobre o uso do AT no próprio AT. Ou ainda, como o relato do Dilúvio (Gn 6—9) é utilizado no restante do AT e nos textos mais antigos do NT antes de ser retomado por 2Pedro? Às vezes, o autor do NT pode estar pensando na referência mais antiga do AT, mas interpretando-a com base no desenvolvimento posterior dessa referência no próprio AT. Se a ótica do texto posterior não for analisada, então o uso no NT pode parecer estranho ou não ser devidamente compreendido.

3. Que tratamento é dado à citação ou fonte veterotestamentária na literatura do judaísmo do Segundo Templo ou (mais amplamente ainda) do judaísmo antigo? As razões para essa pergunta e as possíveis respostas que se podem adiantar são muitas. Não significa, por exemplo, que as autoridades judaicas ou cristãs consideravam *Jubileus* ou *4Esdras* tão dignos de crédito quanto Gênesis ou Isaías. No entanto, essas e muitas outras importantes fontes judaicas podem ser de grande ajuda se prestarmos atenção a elas. a) Podem mostrar que os textos do AT eram interpretados por fontes mais ou menos contemporâneas do NT. Em alguns poucos casos, pode-se até mesmo delinear uma trajetória de interpretação, quer os documentos do NT pertençam a essa trajetória, quer não. b) Às vezes, elas nos mostram que as autoridades judaicas divergiam sobre a interpretação de certas passagens do AT. Há casos em que a divergência é parcialmente determinada pelo gênero literário: a literatura sapiencial, por exemplo, não trata de alguns temas do mesmo modo que as fontes apocalípticas. Sempre que é possível apurar a lógica do raciocínio, encontramos importantes elementos que mostram como as Escrituras eram lidas. c) Em alguns casos, as interpretações do judaísmo antigo contrastam com as interpretações do início do cristianismo. Nesses casos, as diferenças exigem explicações de ordem hermenêutica ou exegética; por exemplo, se dois grupos interpretam o mesmo texto de modos distintos, o que explicaria as diferenças de interpretação? A técnica de exegese? Premissas hermenêuticas? Gêneros literários? Diferentes oponentes? Responsabilidades pastorais divergentes? d) Mesmo quando não se detecta um vínculo literário, a linguagem do judaísmo primitivo pode fornecer paralelos que se assemelham à linguagem dos autores do NT em razão da proximidade cronológica e cultural. e) Num pequeno número de casos, os autores do NT parecem dar mostras da influência direta de fontes do início do judaísmo e do modo em que elas lidavam com o AT (e.g., Judas). O que se pode concluir de uma influência dessas?

4. Que fatores textuais devem ser considerados quando se procura compreender determinada utilização do AT? Estaria o NT citando o TM, a LXX ou um *targum*? Ou será que a citação contém uma mistura de fontes, ou talvez ainda uma influência da memória ou de alguma forma de texto que não conhecemos? Qual é a importância das pequenas alterações? Há variantes textuais dentro da tradição hebraica, da tradição do AT grego ou da tradição textual do NT grego? Exercem essas variantes alguma influência direta sobre nosso entendimento de como o NT está citando o AT ou fazendo alusão a ele?

5. Uma vez que se conclua esse trabalho de base, torna-se importante tentar entender como o NT está usando o AT ou recorrendo a ele. Que ligação está sendo considerada pelo autor do NT? Seria apenas um vínculo linguístico? Um dos editores é filho de um homem que gostava muito de se comunicar por meio de breves citações bíblicas. Sua mente estava tão envolvida com as Escrituras, que elas lhe forneciam modelos linguísticos que se revelavam os primeiros recursos de seu discurso. Se um dos filhos reclamasse do tempo, ele dizia calma e tranquilamente: “Este é o dia que o SENHOR fez; vamos regozijar-nos e alegrar-nos nele”. É fato que ele conhecia muito bem a Bíblia e tinha plena consciência de que o contexto original não estava se referindo ao tempo e a nossa reação a ele. Ele sabia que o versículo está inserido numa das mais importantes passagens da “pedra rejeitada”, e o “dia” em que o salmista se regozija é o momento em que a “pedra” será confirmada (Sl 118.22-24). A passagem, porém, fornecia-lhe a matéria-prima para expressar o que pretendia e, levando-se em conta que Bíblia de fato menciona em outros pontos a bondade e a providência de Deus, ele estava sendo fiel na síntese de uma ideia bíblica, embora as palavras citadas não articulassem aquela ideia no contexto original. Da mesma forma, não teria havido momentos em que os autores do NT fizeram uso da linguagem bíblica apenas por estarem com a mente envolvida pelas Escrituras a ponto de esses modelos textuais constituírem a estrutura linguística de seus pensamentos?

No entanto, não seria possível haver casos em que o escritor do NT usa uma expressão mais conhecida do AT (e.g., o “dia do Senhor”, muito comum nos Profetas), sem estar pensando num texto em particular, apenas usando a expressão para refletir a profusão das bênçãos e dos juízos prometidos que caracteriza as ocorrências no AT? Nesse caso, o autor do NT pode ser muito fiel ao uso do AT num nível genérico, mesmo sem pensar num texto em particular. Por exemplo, um texto do AT pode ter em vista determinada visitação de Deus, ao passo que o padrão genérico faz uma combinação de juízo e bênção, e o uso no NT pode se fixar nesse padrão genérico e assim mesmo aplicá-lo a outra visitação divina.

Outra hipótese é que os escritores do NT podem estar estabelecendo uma espécie de analogia com o intuito de extrair uma lição moral. Assim como os antigos israelitas foram salvos da escravidão no Egito, mas a geração adulta não conseguiu entrar na Terra Prometida por desobediência e falta de perseverança na fé, os cristãos contemporâneos de Paulo e do autor de Hebreus precisam perseverar se quiserem ser salvos no final (1Co 10.1-13; Hb 3.7-19). Quando, porém, essa espécie de analogia formal deve ser considerada uma tipologia, ou seja, um padrão estabelecido por uma sequência de acontecimentos semelhantes ao longo do tempo?

Ou ainda, estaria o autor do NT alegando que algum fato seja o cumprimento de uma profecia do AT — uma afirmação ousada do tipo: “O que ocorre é o que foi dito pelo profeta” (e.g., At 2.16)? Entretanto, logo fica evidente que a categoria conhecida como “cumprimento” é bastante flexível. Um fato pode “cumprir” uma previsão textual específica, mas na rotina bíblica ele pode “cumprir” não apenas uma previsão textual, mas também outro fato, ou, no mínimo, um padrão de fatos. Em geral, isso é o que chamamos “cumprimento tipológico”. Nesse caso, logicamente, surge outra pergunta. Estariam os autores do NT concluindo que um fato ocorreu para cumprir fatos antecedentes baseando-se apenas na confiança de que Deus ordena soberanamente todas as coisas e estabeleceu padrões que, se interpretados com correção, antecipam uma recorrência dos atos de Deus? Ou estariam alegando, em alguns casos, que os textos do AT apontam de alguma forma para o futuro?

De modo mais geral, será que os autores do NT lançam mão do AT valendo-se das mesmas técnicas exegéticas e premissas hermenêuticas utilizadas por seus contemporâneos judeus não convertidos — uma ou mais das listas clássicas do *middoth*, as “regras”, para procedimentos interpretativos? A resposta mais comum a essa pergunta é um sonoro “sim”, mas a afirmação não

explica por que os dois grupos de intérpretes às vezes defendem leituras tão diferentes. Somos obrigados a concluir que as técnicas exegéticas e as premissas hermenêuticas não determinam muita coisa ou que existem outros fatores que precisam ser cuidadosamente postos à prova se quisermos explicar por que, por exemplo, Hillel e Paulo liam as Escrituras hebraicas (ou as traduções para o grego) de modo tão distinto.

6. Que aplicação teológica o autor do NT faz da citação do AT ou da alusão a ele? Em certo sentido, essa pergunta já está presente em todas as outras, mas vale a pena fazê-la separadamente, pois destaca aspectos que de outra forma poderiam ser omitidos. Por exemplo, é muito comum que os autores do NT apliquem a Jesus passagens do AT referentes a YHWH (em geral traduzido por “SENHOR”). Isso é consequência da convicção teológica de que tal relação é adequada, pois, por causa da identidade de Jesus, o que se afirma acerca de Deus pode ser afirmado a respeito dele. Em outras passagens, porém, Deus envia o Messias ou o Rei davídico, e o próprio Jesus é esse Rei, estabelecendo-se, assim, uma distinção entre Deus e Jesus. As sutilezas dos vários textos do AT juntam-se à complexidade da cristologia do NT para constituir os elementos essenciais do que mais tarde veio a ser conhecido como doutrina da Trindade. Há muitos outros alinhamentos teológicos, alguns dos quais são mencionados mais adiante. Às vezes simplesmente vale a pena atentar para o modo em que um tema teológico fundamentado numa citação do AT se alinha com um tema teológico de destaque no NT, sem que se faça referência a texto algum do AT.

São essas, então, as seis perguntas que pautarão os comentários das páginas seguintes. A maioria dos colaboradores lidou com essas questões separadamente em cada citação ou alusão mais clara. As alusões menos óbvias foram às vezes tratadas em discussões mais genéricas, mas, mesmo nesses casos, é possível detectar as seis perguntas surgindo aqui ou ali. Além disso, os organizadores deram aos colaboradores uma flexibilidade razoável na apresentação. Dois ou três deles escreverem num estilo mais discursivo, mantendo as perguntas em mente, sem, contudo, separar as perguntas e respostas apresentadas.

Há também cinco considerações que poderão ajudar o leitor no uso deste comentário:

Primeira, uma das razões de mantermos a flexibilidade na abordagem é a incrível variedade de formas pelas quais os autores do NT fazem referência ao AT. Mateus, por exemplo, presta-se a explicitar citações, às vezes com impressionantes introduções e fórmulas, enquanto Colossenses e Apocalipse evitam citações inequívocas e extensas, mas aglutinam muitas alusões ao AT. Alguns autores do NT sempre retornam a determinados capítulos do AT, enquanto outros fazem referências mais amplas. Acrescente-se a isso as complicações geradas pelos livros do NT que têm vínculo literário com outros livros do NT ou, no mínimo, são muito semelhantes (e.g., 2Pedro e Judas, os Evangelhos Sinóticos, Efésios e Colossenses). Os colaboradores tiveram de trabalhar com essa diversidade de formas.

Segunda, além da óbvia facilidade com que os escritores do NT (como vimos) aplicam a Jesus vários textos do AT referentes a YHWH, há muitas outras associações, que se mostram alarmantes de início, mas acabam se tornando triviais em face da repetição. Os escritores do NT aplicam com propriedade à igreja, isto é, ao povo da nova aliança de Deus, muitos textos que, em sua origem, diziam respeito aos israelitas, o povo da antiga aliança de Deus. Em outra derivação, o próprio Jesus torna-se o *locus* escatológico de Israel — identificação que às vezes se efetua apelando-se a textos do AT (e.g., “Do Egito chamei o meu Filho”, Mt 2.15; Os 11.1) ou a acontecimentos carregados de simbologia na vida de Jesus que evocam fatos do passado de Israel (e.g., a tentação de Jesus no deserto durante quarenta dias e quarenta noites; Mt 4 e Lc 4 estão intimamente ligados a Dt 8 e os quarenta anos de peregrinação de Israel pelo deserto). Esse exemplo sobrepõe-se a outro prolífico grupo de associações relacionadas com a linguagem

do “filho”, que se espalha fartamente por ambos os Testamentos. Isso talvez aconteça pelo fato de que, ao conceberem Jesus como representante do verdadeiro Israel, os escritores do NT passaram a conceber a igreja da mesma forma, uma vez que Cristo a representa coletivamente e o que ele é também se aplica de várias formas à igreja.

Terceira, uma das maiores diferenças entre o modo em que os escritores do NT leem o AT e a leitura feita pelos judeus não cristãos de sua época é a estrutura histórico-salvífica, muitas vezes adotada pelo primeiro grupo. É lógico que algum tipo de sequência histórica sob a providência e a soberania de Deus é indispensável a quase toda hermenêutica tipológica, porém é mais do que isso. Em Gálatas 3, por exemplo, Paulo modifica o significado comumente aceito da Lei simplesmente situando-a num tempo posterior à promessa abraâmica, que por sua vez já havia estabelecido a importância da justificação pela fé e prometido bênção aos gentios. Assim, em vez de fazer uma pergunta atemporal como “De que forma se pode agradar a Deus?” e responder dizendo “Pela obediência à Lei”, Paulo insiste na leitura dos momentos críticos da história do AT em sua sequência cronológica, extraindo lições interpretativas dessa cronologia. Esse tipo de influência da história da salvação vem à tona em outras passagens do NT (e.g., Rm 4), mas não apenas em Paulo (e.g., Hb 4.1-13; 7). Assim, o cumprimento escatológico começou com o primeiro advento de Cristo e se consumará por ocasião de sua segunda vinda. Supostos paralelos nos escritos judaicos preservam (principalmente em Qumran) um senso do que podemos chamar “escatologia inaugurada” (vários textos insistem em que o Mestre da Justiça inaugurará os últimos tempos), mas isso é algo que se diferencia desse senso de sequência histórica nas Escrituras hebraicas e constitui uma chave interpretativa vital à leitura fiel dessas passagens.

Quarta, nas páginas deste *Comentário*, discute-se aqui e ali se determinado escritor do NT está extraindo algum ensinamento do AT — ou seja, baseando a estrutura de seu pensamento na exegese do texto veterotestamentário — ou está recorrendo a uma passagem do AT para confirmar ou justificar o que foi de fato estabelecido pela experiência cristã da morte e ressurreição de Cristo. Essa distinção tem mais nuances que a mencionada anteriormente, a saber, entre quem pensa que as citações trazem consigo o contexto do AT e quem acredita que os escritores do NT usam os textos como prova. Pois há evidências de que os primeiros discípulos não entendiam de imediato o que o Senhor Jesus lhes ensinava nem interpretavam as Escrituras hebraicas com suficiente competência para prever o que ele estava a ponto de lhes comunicar. Pelo contrário, eles são apresentados como pessoas ligadas a Jesus, porém com dificuldade para aceitar o fato de que o Rei messiânico prometido também era o Servo sofredor, o Cordeiro expiatório de Deus, que seria crucificado e rejeitado por grande parte de seu povo e ressuscitaria aprovado por Deus. Todavia, depois que aceitaram essa síntese, eles passaram a afirmar, de maneira categórica, que é isso que as Escrituras do AT ensinam. Eles não dizem “Ah! Se vocês tivessem uma experiência com Jesus Cristo igual à nossa, poderiam utilizar outro jogo de lentes que os capacitaria a ler a Bíblia de outro modo”. Em vez disso, tentavam provar, com base nas próprias Escrituras, que Jesus de Nazaré cumpria o que diziam os textos antigos, embora tivessem de reconhecer que eles mesmos passaram a ler os textos bíblicos daquele modo só depois da ressurreição, do Pentecostes e do aumento gradual da compreensão que lhes sobreveio, mediada pelo Espírito e como consequência da expansão da igreja, incluindo os círculos gentios. Essa tensão entre o que eles insistiam em dizer que era o real conteúdo das Escrituras e o que foram levados a admitir, ou seja, que só perceberam essa realidade bem mais tarde, em razão da experiência que tiveram, obrigou-os a pensar no conceito de “mistério” — revelações que, em certo sentido, constam nas Escrituras, mas se mantiveram ocultas até a época que Deus escolheu para desvendá-las.

Em suma, o mesmo evangelho às vezes tido como algo que fora profetizado e agora se cumpria é também apresentado como algo oculto que era agora revelado. Essa tensão, que cruza todo o NT, é muito mais comum do que parece denotar o modesto número de 27 ou 28 ocorrências da palavra grega *mystērion*. Gálatas e João, por exemplo, refletem o conceito teológico de “mistério”, mas a palavra “mistério” não se encontra nesses textos. Fica evidente que esse tema complexo se vincula às formas pelas quais os autores do NT citam o AT ou fazem alusões a ele, especialmente quando estão provando, estabelecendo ou confirmando o que pensam, e em lugar algum se percebe o mais leve indício de que eles tentam diminuir a autoridade dos textos do AT. Depois de algum tempo, o leitor atento começa a tropeçar nas muitas ocorrências desse complexo fenômeno e tenta encaixar as várias peças. Alguns preferem explicar esse fenômeno usando a imagem de uma semente. A semente de maçã contém todos os elementos orgânicos de sua árvore. A olho nu, não há exame que possa distinguir o que sairá da semente, mas, quando ela cresce e se torna uma macieira, podemos ver como a semente se “cumprir”. É mais ou menos isso que acontece com as passagens do AT cumpridas no NT. Existem “vínculos orgânicos” até certo grau, embora esses vínculos possam não ser perceptíveis aos olhos do autor ou do leitor do AT. Em consonância com isso, às vezes há uma extensão ou desenvolvimento criativo do sentido do texto do AT, embora de certa forma ainda ancorado nesse texto. Mas seria preciso outro tipo de livro para reunir todas as evidências exegéticas deste comentário e dar-lhes uma formatação bíblico-teológica que pudesse tratar essa questão de modo mais apurado.

Quinta, os colaboradores foram incentivados a sistematizar um método literário de contornos histórico-gramaticais que fosse eclético ao se relacionar com a leitura que o NT faz do AT. Mas seria oportuno salientar que: 1) essa abordagem é bem “tradicional” ou “clássica”; 2) esse método se sobrepõe substancialmente a alguns métodos pós-críticos da atualidade que tendem a ler os livros do AT como unidades literárias completas e levam a sério conceitos como cânon, Escrituras e história da salvação (que não eram de todo estranhos aos autores do NT), embora seja um método que concede mais espaço à referencialidade extratextual se comparado com a maioria dos métodos pós-críticos; 3) às vezes, precisamos nos lembrar que os autores do NT não interpretavam o AT da perspectiva das ortodoxias histórico-críticas que predominaram nos últimos 150 anos.

Sem mais delongas, então, dedicamos este *Comentário* ao estudo do texto do NT no que diz respeito às citações e às alusões concernentes aos textos do AT.

Mateus

Craig L. Blomberg

Introdução

A Escritura hebraica — também chamada Antigo Testamento (AT) pelos cristãos — permeia todo o Evangelho de Mateus. Só nesse Evangelho, cerca de 55 remissões textuais apresentam uma redação com um grau tão grande de semelhança com o texto hebraico, que em geral os comentaristas podem assim rotulá-las de “citações”. Em comparação, os outros três Evangelhos canônicos apresentam, juntos, em torno de 65 referências do mesmo tipo. Cerca de vinte desses textos aparecem apenas em Mateus. Doze vezes, o Evangelista refere-se inequivocamente ao cumprimento de uma passagem ou tema das Escrituras.

Além das citações textuais, podem-se perceber inúmeras alusões e também ecos da Escritura hebraica em quase todas as partes desse Evangelho, mais ou menos o dobro do que se vê em Marcos, Lucas ou João. As principais ênfases teológicas de Mateus são quase todas lastreadas com passagens do AT, muitas vezes com segmentos de texto sendo acrescidos às fontes empregadas pelo autor, sobretudo em relação a Marcos.

Não é preciso muito tempo para descobrir a razão da presença significativa da Bíblia hebraica em Mateus. Segundo a tradição uniforme da igreja primitiva, o autor do Evangelho foi Levi, também conhecido como Mateus, coletor de impostos que se converteu e integrou o grupo dos doze apóstolos de Jesus (cf. Mt 9.9-13; 10.3; Mc 2.13-17). Em virtude de sua profissão, é bem provável que Levi

figurasse em uma minoria de letrados entre toda a população. Embora trabalhasse, pelo menos de forma indireta, para as forças romanas de ocupação, não deixou de ser judeu. A educação escolar fundamental que recebeu e depois a participação na sinagoga, mesmo que a tenha abandonado mais tarde na vida adulta, impregnaram-no com o conteúdo e com a interpretação da Escritura hebraica. Todos esses fatores alinham-se com a referência potencialmente autobiográfica de Mateus 13.52 e levam alguns estudiosos a desconfiar que seu papel como seguidor de Jesus pode ter se assemelhado ao de um escriba cristão.

É bem provável que o público-alvo de Mateus se constituísse predominantemente de cristãos judeus que viviam em Antioquia da Síria e seus arredores. A população dessa região era composta de aproximadamente 15% de judeus. Embora se tenha aventado a hipótese de várias relações entre o público-alvo de Mateus e outros judeus da cidade, uma maioria, ainda que não esmagadora, é de opinião que esses leitores, não muito antes, haviam deixado a sinagoga local. Isso explicaria melhor a polêmica aparentemente antijudaica (culminando em Mt 21.43; 23.1-39; 27.25) em lugares em que, por causa da dissidência ocorrida nas principais fileiras do judaísmo, muitas feridas ainda não haviam cicatrizado. Ao mesmo tempo, os cristãos judeus continuavam empolgados e tentavam convencer parentes e amigos não convertidos de que Jesus era o Messias e que segui-lo era o modo de

constituir o novo Israel, verdadeiro e livre. Assim, Mateus podia ao mesmo tempo realçar as etapas singularmente judaicas da missão de Cristo (10.5,6; 15.24), mostrar todos os vínculos com a Escritura judaica e ressaltar categorias teológicas caracteristicamente judaicas em suas ênfases editoriais, entre elas: Jesus como Filho de Davi e Rei messiânico e o discipulado como a prática de uma vida justa no cumprimento da Lei.

Até o posicionamento canônico de Mateus revela seus vínculos com a Escritura judaica. Uma persistente tradição da igreja primitiva defende a ideia de que Mateus escreveu em hebraico ou aramaico o que provavelmente seria uma coletânea de palavras de Jesus; a maioria dos estudiosos, porém, afirma que o Evangelho de Marcos, em sua forma definitiva, surgiu antes do Evangelho de Mateus. Alguns testemunhos patrísticos também apontam para a mesma conclusão. Então, por que Mateus foi posto em primeiro lugar, se a sequência canônica dos quatro Evangelhos e, por fim, de todo o NT já estava consolidada? Sem dúvida, uma resposta está na presença das claras e frequentes remissões que Mateus faz ao AT. Uma coleção de livros que se propunha refletir as Escrituras com inspiração e autoridade equivalentes para acompanhar a nova aliança de Deus naturalmente deveria começar com a história de seu fundador: Jesus de Nazaré. Dos quatro livros, é Mateus o que faz a transição de maneira mais suave entre o que havia passado e o novo.

De vez em quando, ouve-se um apologista fervoroso citar as mais de duzentas profecias do AT cumpridas em Jesus e confirmadas pelo NT. Então, como “prova” de que Jesus é Deus e também o Messias, é apontada a ínfima probabilidade matemática de que todos esses acontecimentos venham a convergir de forma aleatória na mesma pessoa. O problema é que apenas uma pequena parcela dessas referências do AT é de natureza preditiva no contexto original. O trecho de Miqueias 5.2 (cit. em Mt 2.6) de fato profetiza que o Messias nasceria em Belém, predição que, *a priori*, exclui a maioria dos autoproclamados candidatos a Messias.

No entanto, a passagem de Oseias 11.1 (cit. em Mt 2.15) nem mesmo contém verbos no futuro — o texto afirma um fato do passado: “... e do Egito chamei o meu filho”. No contexto, o profeta está se referindo coletivamente a Israel como filho de Deus e relembrando o Êxodo. Todavia, como ficará claro no comentário a seguir, texto por texto, Mateus está utilizando modelos (de fato bem conservadores) da tipologia judaica ao interpretar as Escrituras nesse trecho. Os padrões decisivos das atividades atribuídas a Deus repetem-se de forma tão perceptível e intensa, que o leitor não consegue deixar de ver a mão de Deus em ambos os acontecimentos. A apologética é mais sutil, mas não menos convincente, quando comparada com as profecias claramente preditivas.

Alguns trechos do NT citam o AT primordialmente ou exclusivamente por meio da Septuaginta, a tradução grega da Escritura hebraica (c. 200 a.C.). É o que Mateus faz em muitas ocasiões, especialmente quando está seguindo de perto suas fontes — Marcos e Q (material narrativo sobre a vida de Jesus encontrado em Mateus e em Lucas, mas não em Marcos). Muitas vezes, porém, ele segue um caminho próprio em situações decisivas, refletindo assim uma tradução mais literal do texto hebraico ou a adoção de uma variante hebraica ou aramaica surgida na tradição judaica. Diferentemente dos casos em que Mateus faz sua própria re- tradução, com frequência é difícil precisar os casos que tenham origem nas fontes escritas ou na tradição oral. Mas as variações da forma dão a entender que ele não depende apenas de seus predecessores de língua grega. Considerando que em todo o Império Romano o cristianismo já era mais gentio que judeu por volta do ano 60 (entre as datas prováveis, a mais remota para a forma final de Mateus), os recorrentes traços de uma origem hebraica só podem inspirar confiança no fato de que Mateus se baseou em informações dignas de crédito ou em interpretações cristãs bem antigas.

Apresentados esses comentários introdutórios, passamos agora ao comentário propriamente dito. Os segmentos de texto que não

contêm citações textuais do AT serão ainda assim examinados em busca das alusões ou dos ecos mais prováveis, que serão então apresentados com brevidade. Nas citações mais inequívocas, diminuiremos o ritmo, adotando o formato analítico de seis partes: 1) contexto do NT, 2) contexto do AT, 3) uso nas fontes judaicas, 4) antecedentes textuais, 5) hermenêutica empregada e 6) uso teológico.

Mateus 1.1-17

Já no primeiro versículo do Evangelho de Mateus, o leitor fica com a impressão de que o AT desempenhará um papel de grande importância no texto: “Livro da genealogia de Jesus Cristo, filho de Davi, filho de Abraão” (1.1). A expressão *biblos geneasês* pode ecoar o nome grego do primeiro livro da Bíblia (Gênesis) ou ser traduzida por “genealogia”, servindo de introdução a 1.2-17 e refletindo a prática comum nas Escrituras de fazer uso do registro dos ancestrais para apresentar a linhagem de alguém (v. a mesma expressão em Gn 2.4 e 5.1, na LXX). Mais provável ainda é que a palavra possa ser traduzida por “origens”, numa referência a todo o trecho compreendido nos capítulos 1 e 2 (cf. Gn 5.1a como introdução a 5.1b—9.29). Dizer que Jesus é o Cristo é uma forma de identificá-lo como o Messias dos judeus, o tão esperado salvador de Israel. Até o nome “Jesus” é uma forma helenizada do hebraico “Josué”, remetendo ao sucessor de Moisés e libertador do povo de Deus. Sendo descendente de Davi, Jesus surge como rei israelita (v. esp. 2Sm 7.11b-16; *Sl. Sal.* 17.21—18.7); sendo descendente de Abraão, abençoará todas as nações da terra (Gn 12.1-3). Veja em Blomberg (1992) e em outros comentários-padrão o tratamento dispensado aos segmentos de Mateus em que o AT não é claramente citado.

A genealogia de Jesus seleciona apenas a quantidade de ancestrais (“gerou” pode significar “foi o ancestral de”) necessária para criar três séries de catorze nomes, provavelmente fazendo uso de uma *gematria* (a soma das consoantes hebraicas, de valor numérico, que

compõem determinada palavra) baseada no nome דָּוִד (“Davi”), cujas consoantes, se somadas, resultam no número catorze (ד = 4, ו = 6, ד = 4). A primeira série tem seu ápice em Davi; a segunda, na deportação para a Babilônia, momento crítico da história de Israel (2Rs 25). Todos os nomes que vão de “Abraão” a “Zorobabel” aparecem no AT. Os patriarcas Abraão, Isaque, Jacó e Judá figuram com destaque em Gênesis 12—50. Os outros nomes masculinos de 1.2-6a correspondem a 1Crônicas 2.3-15. Os nomes que vão de “Salomão” a “Josias” (1.6-11) ocorrem em 1Crônicas 3.10-14, se considerarmos que Azarias e Uzias eram a mesma pessoa (cf. 2Rs 15.1,2 com 2Cr 26.3). “Jeconias” (1.12) é uma forma variante de “Joaquim”, mencionado em 1Crônicas 3.17-19 ao lado de Sealtiel e Zorobabel. Os demais nomes (de “Abiúde” a “Jacó”) são desconhecidos. Veja em Masson (1982) um estudo completo das genealogias dos Evangelhos, que também serve para comprovar sua exatidão histórica.

As mulheres são alvo de maior interesse que os homens na genealogia de Jesus. Tamar, Raabe, Rute e Bate-Seba (“que havia sido mulher de Urias” [1.6]) eram gentias e também mulheres de reputação duvidosa, justa ou injustamente, suspeitas de relações sexuais ilícitas (v., respectivamente, Gn 38; Js 2; Rt 3; 2Sm 11).

Maria não era gentia, mas teve de suportar o estigma de uma gravidez fora do casamento, envolvida pelas suspeitas dos que não acreditavam na história do nascimento virginal (v. mais em Blomberg 1991a).

Mateus 1.18-25

A seção de Mateus 1.18—2.23 contém a narrativa de Mateus a respeito da primeira infância de Cristo, amparada por cinco textos do AT. A escolha das informações nesse trecho é inteiramente ditada por essas citações. Neste primeiro parágrafo, isso se estende até mesmo às palavras de 1.18 (“achou-se grávida”), 1.20 (“eis que”; ARC) e 1.21 (“ela dará à luz um filho”), todas extraídas diretamente

da citação de Isaías 7.14 feita em 1.23 (cf. promessas semelhantes em Gn 16.11; 17.19). Mateus pode também ter pretendido trazer à mente dos leitores as matriarcas sem filhos a quem Deus abriu o ventre, sendo as mais notáveis Sara (Gn 21.1-7), Raquel (Gn 30.22-24) e Ana (1Sm 1.20). Os anúncios feitos por anjos, é claro, têm vários precedentes no AT (e.g., Gn 16.11,12; Jz 13.3-7), assim como os sonhos em que há revelações (v. esp. Gn 37; 40; Dn 2; 7; v. tb. Gnuse 1990). As palavras do anjo a José lembram-nos de que também ele era descendente de Davi (1.20); Jesus, portanto, era qualificado para ser o Messias tanto pelo lado da mãe, Maria, quanto pelo lado do pai adotivo, José. A menção de que ele era um homem justo, o estilo empregado no anúncio do nascimento e a ordem no sonho para que José não temesse são ecos das promessas que Deus fez a Abraão a respeito de seu filho Isaque (v. esp. Gn 17.19; v. tb. Erickson 2000). Além disso, como já observamos, o nome “Jesus” (1.21) é simplesmente o equivalente grego de “Josué”, nome muito comum entre os judeus, sem dúvida inspirado no herói sucessor de Moisés.

1.23

A. Contexto do NT. José está noivo de Maria; porém, antes do casamento e de sua consumação sexual, ele descobre que ela está grávida. Embora bastante perturbado, quer mitigar a vergonha dela e, assim, planeja um divórcio discreto, que era o meio de formalizar o fim de uma promessa de casamento. O anjo de Deus, no entanto, aparece-lhe em sonho e explica que a criança fora concebida por meio do Espírito Santo, instruindo-o que mantivesse os planos de casar-se com Maria. Ele ordena que a criança seja chamada “Jesus” (“Yahweh é salvação”) e explica que ele será o salvador de seu povo, salvando-o não da opressão física das forças da ocupação romana, mas da escravidão espiritual de seus pecados. José obedece, e a passagem termina ressaltando a natureza sobrenatural da concepção, visto que o jovem casal se abstém de

relações sexuais não apenas até o casamento, mas até o nascimento de Jesus.

Nesses acontecimentos impressionantes, Mateus vê o cumprimento da profecia do que se costuma chamar de nascimento virginal (Is 7.14), apoiado por referências ao nome “Emanuel”, cujo significado é “Deus conosco” (Is 8.8,10).

B. Contexto do AT. O Senhor está falando ao rei Acaz, de Judá, desafiando-o a pedir um sinal que confirme a promessa divina de destruir os dois reis das terras do norte que ameaçam Judá (Is 7.10,11), a saber: Rezim, da Síria, e Peca, de Israel (v. 7.1). Acaz protesta, afirmando que não porá o Senhor à prova (7.12), mas Isaías, falando em nome de Deus, repreende Acaz por testar a paciência de Deus com sua resposta, talvez por perceber que faltava sinceridade ao rei (7.13). Surge então a famosa profecia do nascimento iminente de uma criança, cuja mãe seria uma jovem em idade de casar (hebr., *almã*). É amplamente aceito que a palavra hebraica em si não precisa ter outro sentido a não ser este (v., e.g., Walton 1997; cf. A21): uma criança que será o sinal de Deus (7.14). Antes que a criança tenha idade suficiente para distinguir entre o bem e o mal, os domínios dos temíveis reis serão assolados (7.15,16). Antes, porém, que isso seja recebido como uma notícia extraordinária, o profeta acrescenta que eles serão substituídos por um invasor ainda pior: a Assíria (7.17).

Quem é essa criança especial? Embora vários estudiosos conservadores insistam em ver no texto apenas uma profecia messiânica (e.g., Motyer 1993, p. 84-6; Raymond 1989), a maioria admite um cumprimento, pelo menos provisório, nos dias do profeta, tendo em vista as declarações inequívocas de Isaías 7.15,16. Muitos entendem que seja o filho real de Acaz, o rei Ezequias, ou um profeta anônimo, ou um remanescente coletivo de Israel (v. em Willis 1980, p. 157-69, um levantamento completo dessa e de outras opções exegéticas), mas a interpretação mais provável é que a profecia se refira ao filho do próprio Isaías: Maer-Salal-Has-Baz (e.g., Oswalt 1986-1998,